

# política

## Pré-candidatos a vice do RS debatem na Federasul

Encontro reuniu chapas de quatro candidaturas ao Palácio Piratini



Bolívar Cavalari  
bolivarc@jcrs.com.br

Após promover debate na semana passada com pré-candidatos a governador do Rio Grande do Sul, a Federasul reuniu ontem os pretendentes a vice das quatro chapas cujos partidos têm representatividade no Congresso Nacional. Cláudio Diaz (PSDB), pré-candidato a vice de Marcelo Maranata (PSDB); Edegar Pretto (PT), da coligação de Juliana Brizola (PDT); Ernani Polo (PSD), da chapa de Gabriel Souza (MDB); e Silvana Covatti (PP), vice de Luciano Zucco (PL), participaram do evento.

O encontro dos vices se diferenciou dos debates entre cabeças das chapas pelo tom mais ameno e menos momentos de tensionamento. Os debatedores discutiram temas como infraestrutura, dívida, educação e atração de investimentos para o Estado.

Um dos principais embates foi entre o pré-candidato da situação, Ernani Polo, e Edegar Pretto. Tratando da atração de investimentos, Polo provocou Pretto sobre uma suposta posição de políticos da coligação do petista de contrariedade ao projeto bilionário que a CMPC está em vias de instalar no município de Barra do Ribeiro. O atual deputado estadual também questionou Pretto sobre a saída da Ford do Estado durante o governo de Olívio Dutra (PT).

## TCE-RS debate previdência e reforma tributária

/ CONTROLE EXTERNO

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) realiza, no dia 22 de junho, em Porto Alegre, o Encontro Regional com os Legislativos Municipais (ERLeg), no Auditório Romildo Bolzan, prédio sede do TCE-RS, das 9h às 17h. O encontro tem como objetivo central orientar vereadores e gestores públicos abrangidos pelo Serviço de Auditoria de Porto Alegre sobre os desafios impostos pelos Regimes Próprios de Previd



Diaz, Pretto, Polo e Silvana apresentaram propostas aos empresários

Pretto, por sua vez, disse ter visitado pessoalmente a fábrica da empresa junto a Juliana. E quanto à saída da Ford, utilizou do argumento da guerra fiscal entre estados daquele período - a empresa migrou para a Bahia e, em 2021, fechou fábricas no Brasil - e parafraseou o próprio Olívio, ao dizer: "Não foi o Rio Grande que perdeu a Ford, mas a Ford que perdeu o Rio Grande".

Já Silvana Covatti, que integrou o governo de Eduardo Leite inclusive como secretária da Agricultura, admitiu ter participado das "mudanças no Estado" feitas pela atual gestão, mas que acredita que o Rio Grande do Sul "pode avançar mais". Ela falou de maior participação gaúcha em Brasília e citou Zucco como a figura política para fazer este movimento.

Cláudio Diaz, por sua vez, foi crítico à atual administração do Piratini. Vinculou a Portos RS - órgão vinculado à Secretaria de

Logística e Transportes - a um suposto "cabide de empregos" e, ao falar de educação, fez outra suposição, quando afirmou haver "ideologização" dos alunos da rede estadual gaúcha, assunto que tratou por diversas vezes no evento. O tucano ainda fez crítica direta a Leite, que deixou o PSDB para se filiar ao PSD, quando disse: "Quem deixou o meu partido foi Eduardo Leite, e eu voltei para reconstruir".

Um dos temas mais tratados no debate foi o de logística. Ernani Polo sustentou que "não há outro caminho para melhorar infraestrutura do que concessões". Já Pretto falou de integrar as malhas rodoviária, ferroviária e hidroviária gaúchas, e disse não ser contrário a parcerias com o setor privado nesta área. Silvana defendeu a expansão da malha ferroviária gaúcha, cuja concessão está em vias de encerrar e poderá ser revista. E Diaz disse apoiar privatizações, mas criticou as modelagens apresentadas pela atual gestão.

dência Social (RPPS) e pelas novas diretrizes da reforma tributária.

A iniciativa busca estabelecer um diálogo com as câmaras municipais, reforçando o papel pedagógico do Tribunal. Na pauta técnica, os auditores do TCE-RS apresentarão diagnósticos sobre a sustentabilidade financeira e atuarial dos regimes previdenciários locais.

Além da questão previdenciária, o encontro debaterá os impactos da reforma tributária, que exigirá dos legisladores e administradores

municipais uma estrutura de planejamento e acompanhamento técnico contínuo para a transição dos modelos de arrecadação. Conforme o TCE-RS, a compreensão precoce dessas mudanças é fundamental para garantir a eficiência na gestão das receitas próprias.

O evento é destinado a agentes públicos de 56 municípios abrangidos pelos Serviços Regionais de Porto Alegre, da Região Metropolitana e do Litoral Norte. As inscrições são gratuitas.

## Vereadores aprovam projeto que amplia uso de bens públicos

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Amanda Schultz  
amandas@jcrs.com.br

A Câmara Municipal de Porto Alegre concentrou os debates da sessão de ontem em um projeto do Executivo Municipal que atualiza as regras para permissão, concessão e autorização de uso de bens públicos municipais. O projeto foi aprovado por 20 votos a 6.

Entre as 23 matérias previstas na ordem do dia, a proposta foi a que mobilizou maior discussão entre os vereadores. O texto prevê a possibilidade de sublocação de espaços públicos concedidos por meio de Termo de Permissão de Uso (TPU), em caráter excepcional e mediante comprovação de interesse público.

Na justificativa do texto, o prefeito Sebastião Melo afirma que a medida moderniza o marco legal da gestão patrimonial do município, amplia a capacidade de governança sobre os bens pú

blicos e cria instrumentos mais adequados às demandas contemporâneas de ocupação e revitalização urbana.

As seis emendas apresentadas ao projeto refletem o embate entre oposição e base governista. Enquanto vereadores da oposição defendem a inclusão de contrapartidas sociais e a garantia de gratuidade em determinadas sublocações, parlamentares alinhados ao governo argumentam que a flexibilização das regras pode estimular investimentos privados e ampliar alternativas para a utilização de imóveis públicos ociosos.

A emenda nº 4, que adiciona ao anexo do projeto cinco imóveis municipais para venda, incluindo o prédio da Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc), teve a sua tramitação suspensa por uma ordem judicial. Os vereadores da oposição entraram com um mandado de segurança alegando uma possível ilegalidade no texto.

